

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**FERNANDO KRUEL DE ABREU**

**A CAMPANHA COLLOR CHEGA AO SEGUNDO TURNO: estratégias  
discursivas para uma eleição presidencial no contexto histórico da década de 1980**

**Porto Alegre**

**2013**

**FERNANDO KRUEL DE ABREU**

**A CAMPANHA COLLOR CHEGA AO SEGUNDO TURNO: estratégias  
discursivas para uma eleição presidencial no contexto histórico da década de 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Céli Regina Jardim  
Pinto

Porto Alegre

2013

**FERNANDO KRUEL DE ABREU**

**A CAMPANHA COLLOR CHEGA AO SEGUNDO TURNO: estratégias discursivas para uma eleição presidencial no contexto histórico da década de 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Céli Regina Jardim Pinto

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Céli Regina Jardim Pinto**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

---

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Simone Rodeghero**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

---

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

## AGRADECIMENTOS

Das muitas pessoas que poderiam ser lembradas como imprescindíveis para o meu amadurecimento pessoal, intelectual e como docente, agradeço em primeiro lugar meus pais Valdir e Heloisa. Além do suporte financeiro, importante para o foco no estudo, os dois me proporcionaram, especialmente, um constante incentivo no que diz respeito à leitura. Grande parte do gosto que tenho hoje se deve a uma presença sempre constante de livros, jornais e revistas das mais variadas perspectivas. A eles dedico particularmente este trabalho.

Não poderia deixar também de agradecer à professora Céli Regina Jardim Pinto. Sempre atenciosa com este iniciante pesquisador, suas contribuições foram fundamentais para descortinar horizontes mais firmes de pesquisa. Ademais, é uma grande honra ser orientado pela professora que desde o Ensino Médio eu via com atenção em programas de debates na televisão e no rádio.

Agradeço também ao incentivo da minha professora de História Ana Paula Dullius, durante o Ensino Médio no Colégio Dom Feliciano.

Considero imperioso também agradecer as muitas pessoas que encontrei na UFRGS e que foram fatores de grande incentivo durante cinco anos de graduação. Lembro os colegas Maurício Reali Santos, Aécio Severo, Rafael Abreu, Bruno Félix Segatto e Fábio Viecelli. Também agradeço aos professores que mais me marcaram durante a graduação, nas mais diversas áreas. Na História agradeço aos professores Anderson Zaleswski, José Rivair, Silvia Petersen, Benito Schimdt, Fábio Khun, Carla Meinerz e Enrique Padrós. Na Ciência Política agradeço aos professores Luis Gustavo Grohmann e Maria Lúcia Moritz.

Lembro também o carinho, incentivo e paciência dedicados por Catilaine Garcia.

Para o começo da carreira docente agradeço a oportunidade oferecida pela Organização Não Governamental para Educação Popular (ONGEP), cursinho pré-vestibular e pré-ENEM, tanto pelo convívio e diálogos a respeito do ensino com os professores (especialmente Luciano Gomes e Leonardo Vigolo), quanto pelo convívio e incentivo dos alunos.

## RESUMO

O presente estudo trabalha com a eleição presidencial brasileira de 1989. O foco da investigação se centra na campanha eleitoral do candidato Fernando Collor de Mello no segundo turno de tal eleição, quando o oponente foi o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Para viabilizar a análise contamos com o instrumental teórico-metodológico da Análise de Discurso Político. Com isso, pretendemos potencializar a compreensão no que tange às organizações discursivas mobilizadas pela campanha Collor em duas fontes audiovisuais: o horário gratuito de propaganda eleitoral e o último debate televisivo. Buscamos entender como as manifestações discursivas da campanha Collor articularam em seu bojo os processos históricos presentes na década de 1980: a ascensão do neoliberalismo, a crise do socialismo real e a crise do Estado brasileiro. Argumentamos que estes processos agiram como condições de emergência para um discurso político inscrito num espaço de disputa eleitoral. Lançamos como hipótese o argumento que a moldagem do discurso se deu de uma forma específica porque o adversário de Collor era Lula. Se o embate de segundo turno se desse contra outros adversários do primeiro turno, alguns destes processos seriam descartados ou redimensionados de outra maneira enquanto discurso político de disputa eleitoral. A contenda no segundo turno, contra um adversário declaradamente de esquerda, moldou um discurso político, em alguns pontos, diferente do engendrado no primeiro turno.

**Palavras-Chave:** eleição de 1989. campanha Collor . discurso político. neoliberalismo . crise do socialismo real. crise do Estado brasileiro.

## LISTA DE SIGLAS

**ARENA** ó Aliança Renovadora Nacional

**FMI** ó Fundo Monetário Internacional

**MDB** ó Movimento Democrático Brasileiro

**HGPE** ó Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

**TSE** ó Tribunal Superior Eleitoral

**URSS** ó União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

- **Lista dos partidos da coligação Movimento Brasil Novo**

**PRN** ó Partido da Reconstrução Nacional

**PSC** ó Partido Social Cristão

**PTR** ó Partido Trabalhista Renovador

- **Lista dos partidos da coligação Frente Brasil Popular**

**PT** ó Partido dos Trabalhadores

**PC do B** ó Partido Comunista do Brasil

**PSB** ó Partido Socialista Brasileiro

- **Lista de alguns partidos derrotados no primeiro turno da eleição de 1989. Do terceiro ao décimo colocados.**

**PDT** ó Partido Democrático Trabalhista

**PSDB** ó Partido da Social Democracia Brasileira

**PDS** ó Partido Democrático Social

**PL** ó Partido Liberal

**PMDB** ó Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PCB** ó Partido Comunista Brasileiro

**PFL** ó Partido da Frente Liberal

**PSD** ó Partido Social Democrático

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 6 A ELEIÇÃO NO CONTEXTO DA DÉCADA DE 1980: CONVERGÊNCIA ENTRE FATORES INTERNOS E EXTERNOS</b> .....	<b>16</b>
1.1 6 UM NOVO TIPO DE CAPITALISMO.....	16
1.2 6 A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	18
1.3 6 O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL DURANTE A CAMPANHA PRESIDENCIAL.....	23
<b>CAPÍTULO 2 6 ESPAÇOS DE DISPUTA DO SEGUNDO TURNO DA ELEIÇÃO DE 1989 E AS ORGANIZAÇÕES DISCURSIVAS DA CAMPANHA COLLOR</b> .....	<b>26</b>
2.1 6 O DISCURSO POLÍTICO DA CAMPANHA COLLOR NO HGPE.....	26
2.2 6 O DISCURSO POLÍTICO DA CAMPANHA COLLOR NO ÚLTIMO DEBATE .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

Conforme se afirmava na época, a História do Tempo Presente (...) é, na melhor das hipóteses, pertencente ao domínio das Ciências Políticas, ou na pior, ao Jornalismo, mas não da História (ROUSSO, 2009). Esta passagem advinda de uma entrevista concedida pelo historiador Henry Rousso foi escolhida porque se relaciona a uma grande inquietação que permeou a consecução deste trabalho. Tratar do contexto multifacetado da Nova República, instaurada no Brasil a partir de 1985 e, mais especificamente, da relação de forças presente na eleição presidencial de 1989, trouxe como necessidade refletir a perspectiva histórica que nosso objeto de estudo suscitou.

Esta pesquisa tem intenção de examinar a campanha de segundo turno do candidato Fernando Collor de Mello na primeira eleição direta para presidente da República após 29 anos, lançando mão de instrumentos teórico-metodológicos e de um problema de pesquisa que serão mais à frente delineados. Todavia, em que a perspectiva da História do Tempo Presente ajuda a iluminar nossa pretensão?

Investigar o presente com o fim de produzir um relato histórico não seria ineditismo do século XX. Os gregos Heródoto e Tucídides já intentavam examinar o tempo presente da Grécia Antiga, por exemplo, na narração da Guerra do Peloponeso (SCARPATI, 2012, p.65). Obviamente que não se tratava de uma história enquanto disciplina acadêmica configurada a partir da segunda metade do século XIX. Sendo que ao longo dos séculos, o exame do presente foi sofrendo diversas modificações ora sendo encarado como possível de ser conhecido, ora sendo desvalorizado (SCARPATI, 2012, P.65). Ao final da 2ª Guerra Mundial, especialmente no contexto historiográfico francês, o tempo presente penetraria dentro de um amplo debate a respeito do período histórico consensualmente designado de História Contemporânea. Entre alguns nomes de tal tendência analítica podemos citar François Bédarida e Henry Rousso, atuantes no Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado também a partir da segunda metade do século XX. O IHTP seria rico em fomentar discussões a respeito de relações entre história e memória, história do tempo presente e metodologias da história oral, entre outras.



No nosso país a História do Tempo Presente já trilhou importantes caminhos. Entre autores/historiadores brasileiros que ajudam a compreender as problemáticas da relação entre HTP e História do Brasil destacamos Enrique Serra Padrós. Entre seus trabalhos, o autor trata do contexto das denominadas Ditaduras de Segurança Nacional edificadas nas décadas de 1960/70 no cone sul da América, ou seja, se aproximando do caso francês de discussão sobre processos traumáticos. Na França, boa parte do impulso inicial de tal tendência se deu para entender o período desconfortável da ocupação nazista. Entretanto, mesmo que nossa pesquisa se coloque num momento posterior (e não traumático, pelo menos no que tange a um massivo desrespeito aos direitos humanos) à Ditadura de Segurança Nacional brasileira, importantes apontamentos de Padrós se revelam profícuos no nosso intento. Destaca o autor

Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da "cena contemporânea" devem identificar e avaliar tendências e esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado (PADRÓS, 2009, p.31)

No que nos cabe, a eleição de 1989 e a posterior vitória do candidato Collor de Mello demonstrou a continuação de uma tendência? Demonstrou a ruptura de uma tendência? Seria a forte presença do Estado como indutor da economia uma tendência questionada em 1989? Indagações que pretendemos enfrentar mais adiante.

Indo além, por que o estudo da eleição de 1989 poderia se inscrever dentro de uma perspectiva de História do Tempo Presente? Bem, cabe lembrar que não existe um critério cronológico específico que chancele que esta ou aquela investigação é ou não é do Tempo Presente. O que importa salientar é que nesta perspectiva, como esclarece Padrós, o historiador "está imerso tanto naquele contexto analisado (quando efetivamente ocorreram os fatos em questão), quanto no cenário sobre o qual se projetaram seus desdobramentos posteriores" (PADRÓS, 2009, p. 35). Isto é, o objeto em estudo é contemporâneo do sujeito que estuda. Vale lembrar que os atores políticos analisados no segundo turno da eleição continuam vivos e atuantes na vida pública, cada um a seu modo. Collor é atual Senador pelo estado de Alagoas desde a legislatura iniciada em 2007 e Luís Inácio Lula da Silva, mesmo tendo deixado a presidência em 2010, continua com papel relevante dentro de seu partido. Além disso, e mais importante, aspectos levantados na referida eleição, como a relação entre o binômio

Estado-mercado ainda marcam a vida política nacional. Assim como os discursos políticos cambiantes à direita e à esquerda do espectro político.

Não obstante, uma sumária reflexão do Tempo Presente como esta precisa dizer ainda algumas palavras sobre os obstáculos que geram trabalhar com um tema e objeto de pesquisa extremamente contemporâneo de quem investiga. Dizendo melhor, incomodidades que se ligam a críticas epistemológicas contra a investigação do tempo presente. Onde estaria o devido recuo histórico para uma õboaõ análise de cunho historiográfico? Trabalhar o muito próximo, o inacabado, não compromete uma distância salutar que o historiador deveria manter de seu objeto? Com o que respondemos, sustentados pelas experiências dos historiadores do IHTP francês, notadamente, François Bédarida, que õsabemos que a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento (...)õ (FERREIRA;AMADO,1998,p.229). Contudo, a contingência do inacabado não pode tirar a importância de uma primeira sistematização e ordenamento de informação produzidos pelo historiador do presente (PADRÓS,2009, p.32). Ademais pela razão que nosso tema já tem amplo desenvolvimento pelas áreas da Ciência Política e da Comunicação Social. Portanto, usando rigores do ofício do historiador como um instrumental teórico-metodológico adequado, se torna legítimo e produtor investido neste empreendimento de estudo da história õmais contemporâneaõ, buscando decifrar tendências ou rupturas de médio e/ou longo prazo.

Neste ensejo, poderíamos concluir que a primeira eleição presidencial por voto direto, pós regime militar, se torna objeto de estudo do tempo presente a partir do momento em que estão ativos ainda aspectos daquela época. Em que pese, hoje em dia, alguns obstáculos daquele momento estarem menos acesos em debates como a questão da dívida externa, um dos carros-chefes da disputa eleitoral de 1989. Nossa pesquisa, por conseguinte, entende que o estudo dos momentos iniciais da Nova República brasileira é um ponto razoável de se pensar inserido dentro de uma duração de história do tempo presente.

Com o fim de cumprir as exigências de uma análise historiográfica consequente, escolheu-se centrar a investigação no recorte de tempo do segundo turno da eleição presidencial de então. Mais especificamente, na delimitação temporal da última semana de campanha oficialmente aceita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ou seja, do

período que vai dos dias 8 a 14 de dezembro de 1989. Cabe explicar que a razão desta escolha se deve por entender que o resultado do pleito de 17 de dezembro foi consideravelmente influenciado (o que não quer dizer exclusivamente influenciado) por este lapso de tempo. Edições da época de jornais como Folha de São Paulo e Zero Hora mostram pesquisas de cunho eleitoral de institutos de sondagem como Gallup e Ibope que apontavam uma crescente evolução dos números em direção a um empate técnico na última semana. Além do que é uma escolha incentivada pelo acesso não sistemático de outros dias de campanha eleitoral do segundo turno.

No que tange ao problema de pesquisa, ele se insere dentro de uma pergunta central: por que o candidato Collor de Mello ganhou? Devido a sua grande amplitude de variáveis, tal pergunta se mostra muito complexa para as possibilidades de um Trabalho de Conclusão. Sendo assim, uma das inquietações de pesquisa que poderíamos desmembrar da pergunta central acima seria: que estratégias Collor de Mello usou para vencer seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva? Também seria complexo responder, no genérico, quais estratégias foram mobilizadas, afinal elas teriam inúmeras nuances. Sendo assim, a problemática que entendemos ser mais pertinente para o momento seria: como os processos históricos da crise do socialismo, do neoliberalismo e da crise do Estado brasileiro moldaram o discurso político da campanha Collor inserido num espaço de disputa discursivo com a campanha Lula no segundo turno? A hipótese vai no sentido de ressaltar que a moldagem do discurso se deu de uma forma específica porque o adversário de Collor era Lula. Se o embate de segundo turno se desse contra Brizola, Covas ou Maluf, por exemplo, alguns destes processos seriam descartados ou redimensionados de outra maneira enquanto discurso político de disputa eleitoral.

Para melhor compreender o período histórico em estudo usamos ferramentas teórico-metodológicas presentes na *Análise de Discurso Político*. Para a aplicação destas ferramentas contribuiu sobremaneira a leitura de Céli Pinto (1989 e 2006). Entre os aspectos selecionados por esta pesquisa destacam-se as noções de discurso político e condições de emergência. Definimos discurso político como o exposto por Céli Pinto *como aquele que reivindica o poder público (o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade*. (PINTO, 1989, p.51). Esse tipo de discurso possui uma característica definidora que é ser travado em um espaço em constante disputa. O discurso político, deste modo, difere de outros discursos trabalhados pela Teoria do Discurso como o discurso

científico/acadêmico, o discurso jornalístico, o discurso religioso, etc. Embora, por exemplo, a disputa entre discursos científicos, não é isto que o define, ou seja, não é uma característica precípua (PINTO, 2006, p.92-93). O discurso político necessita, sobremaneira em períodos eleitorais como o estudado, atingir uma enorme quantidade de cidadãos/eleitores/espectadores, necessitando fazer crer num espaço em competição. Já as condições de emergência são em síntese o que permite ao discurso existir, fazer sentido em um dado contexto (PINTO, 2006, p.97). Isto é, por que fazia sentido naquele contexto de fins da década de 1980 articular manifestações discursivas que giravam ao redor de neoliberalismo, crise do socialismo real e crise do Estado brasileiro? É o que o trabalho pretende responder no decorrer da exposição. . Importante lembrar que a análise de discurso não se relaciona apenas com análise de pronunciamentos. Em nosso trabalho é que, por virtude de tempo, nos concentraremos mais (mas não somente) em falas do candidato Collor.

Do exposto acima, evidencia-se também a importância de definir claramente o que se entende por neoliberalismo, crise do socialismo e crise do Estado brasileiro. A escolha destas noções partiu de um interesse em articular processos históricos presentes em uma década de 1980 marcada por rupturas de grande impacto na história brasileira e internacional do século XX, e de uma demanda advinda do próprio estudo da fonte. Sublinhando que tais processos possuíram raízes e consequências para além da década de 1980. Seja como for, no decorrer do estudo do discurso político do candidato Collor é possível apreender construções argumentativas que dialogam com aqueles conceitos.

Entendemos neoliberalismo, assim como exposto por Perry Anderson, como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995, p.9). Nascido em um ambiente europeu, tal conceito será devidamente matizado ao analisarmos o contexto brasileiro no qual se insere o discurso político de Collor. Por crise do socialismo compreendemos o processo de queda dos sistemas político e socioeconômicos do Leste Europeu<sup>1</sup> ancorados numa economia em que os meios da atividade econômica estavam predominantemente sob propriedade e controle estatal e nos quais o Partido Comunista local gozava de um monopólio de poder (MILIBAND, 1991, p.22). Sobre este processo também se averiguará de que maneira ele foi incorporado no espaço político brasileiro em disputa. Por fim, por crise

---

<sup>1</sup> Ou seja, não contamos os sistemas de inspiração socialista fora da Europa. Entre outros, podemos citar Cuba, China, Coreia do Norte e Vietnã.

do Estado brasileiro consideramos o contexto de agravamento da crise de múltiplas dimensões que assolava o Brasil na década de 1980, tendo entre suas características uma ameaça de hiperinflação, forte endividamento externo, recessão e desemprego, somadas ao esgotamento de uma dada via de desenvolvimento econômico e do tipo de intervenção estatal responsável pela implementação daquela estratégia (...) (DINIZ, 1997,p.41-42). Isto posto, temos a pretensão de contribuir para a compreensão da História Política contemporânea do Brasil em articulação com processos históricos externos.

Neste ponto cabe refletir sobre outra perspectiva (além da História do Tempo Presente) que o trabalho estimula. Nos colocamos claramente dentro de uma perspectiva de História Política. Não cabe neste momento fazer inúmeras digressões sobre o processo de ascensão e queda que um tipo de História Política experimentou entre a segunda metade do século XIX e a emergência vitoriosa das perspectivas econômico-sociais dos *Annales*. Esta escola historiográfica, incentivadora de inúmeras reflexões instigantes, especialmente entre sua primeira e segunda geração, reservaria para a História Política um papel secundário, de um tipo de História que jamais seria capaz de ir além da descrição do factual. Na verdade, era uma crítica contundente ao modelo de análise classicamente designado como positivista, imperante no século XIX. A História Política conjugava, neste contexto, todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência, além de arcar com os custos da renovação da disciplina (REMOND,1998,p.18).

Bem, seria o estudo de uma eleição presidencial apenas reflexo da velha tradição positivista? Em uma primeira tentativa de construir uma resposta, poderíamos admitir que investigaremos um tema clássico no estudo da História Política, qual seja, o estudo de processos eleitorais. Melhor colocando, no nosso recorte, o estudo de uma forma determinada de acesso ao Estado através de campanha eleitoral para a presidência da República.

A retomada de um novo tipo de História Política se daria no último quartel do século XX. Podemos deduzir, então, uma articulação possível entre História do Tempo Presente e a Nova História Política. À primeira vista pode ser ressaltada a coincidência de ordem cronológica no que tange ao desenvolvimento das suas áreas (segunda metade do século XX). Mas se avaliarmos, por exemplo, o caso francês de

evolução destas perspectivas, podemos concluir que a política, na verdade, apareceu como válvula propulsora sobre o presente (FIORUCCI, 2011, p.111). Este autor desenvolve tal proposição ao analisar a contribuição de René Remond no ambiente de domínio dos Annales, trazendo de volta reflexões a respeito do político e do contemporâneo.

Sobre a peculiaridade de uma História Política que investiga processos eleitorais, encontramos boas apreciações no livro já citado acima, de René Remond. Uma consulta eleitoral pode se dar num ritmo rápido, todavia ela se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento (REMOND, 1998, p.34). É com o intento de compreensão de inter-relações entre processos históricos diferentes da década de 1980, que repercutiram na disputa política brasileira, que o estudo recortado do segundo turno de 1989 pretende viabilizar. Charles Sidarta Machado Domingos, apreciando na introdução de seu livro as mudanças pelas quais passou a História Política, constrói uma sofisticada argumentação que entendemos se ligar ao estudo de processos eleitorais. Diz o autor que

Estudar História Política é estudar homens e mulheres que foram capazes de tomar decisões na esfera pública; da mesma forma que estudar homens e mulheres que aceitaram ou não essas decisões. É possível, através de seu estudo, perceber como importantes segmentos sociais se colocaram em disputa, em razão de acreditarem e defenderem determinados projetos políticos (DOMINGOS, 2010, p.28-29).

Para realizar a investigação que nos propomos contamos com a análise preferencial de fontes audiovisuais. Dentro desta categoria de fontes foram escolhidas as aparições dos dois candidatos centrais da pesquisa na televisão. Mais especificamente no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) noturno e no último debate presidencial do segundo turno. Ao todo contabilizam mais de cinco horas de programação.

Sobre a fonte relacionada ao horário eleitoral veiculado pela televisão fez-se uso de gravações de fitas VHS que estavam sob a guarda da professora orientadora. No decorrer da pesquisa tomamos contato tanto com propagandas do primeiro quanto do segundo turno da eleição. No entanto, para os fins do recorte desta pesquisa, a incidência da análise se deu e se dará sobre a propaganda televisiva da última semana de

campanha do segundo turno. No que concerne à fonte audiovisual do derradeiro debate da eleição, o acesso se deu pela íntegra do programa disponibilizada pelo sítio da internet *youtube*.<sup>2</sup>

Com este *corpus* documental, inserido em um modelo de fonte ainda não tão disseminado entre as pesquisas historiográficas, nos dispomos a solucionar o problema que está sendo pesquisado. Para responder ao problema de pesquisa, recorreremos a transcrições densas das falas do candidato Collor de Mello, centro da problemática. Obviamente que precisamos ter em mente que este é um meio discursivo que formata o que, quando e como algo deve ser dito. Um programa de governo impresso por um partido ou coligação partidária, por exemplo, oferece um espaço de articulação discursiva muito maior que a lógica de tempo de um programa eleitoral ou de um debate televisivo. Logo, há limites no uso deste tipo de fonte não-escrita, especialmente no conhecimento do historiador a respeito de aspectos de linguagem técnico-estética (NAPOLITANO, 2008, p.267). Seja como for, de nossa parte, procuramos nas fontes audiovisuais que pesquisamos analisar um espaço de disputa que foi muito importante para os eleitores tomarem contato e formularem seu voto na eleição de 1989.

Como complemento de informações pontuais, buscamos apoio em periódicos diários brasileiros como Folha de São Paulo e Zero Hora, entre a segunda quinzena de novembro e o todo o mês de dezembro de 1989. Além do mais, pontualmente utilizamos informações advindas de uma entrevista de 2009 do agora senador Fernando Collor sobre o seu período de governo na presidência da República (1990-1992).

Sendo assim, o trabalho se estruturará em três seções, além desta introdução. No primeiro capítulo, intitulado *A eleição no contexto da década de 1980: convergência entre fatores internos e externos*, traçamos um panorama da década de 1980, nos limites dos três processos históricos referidos acima: ascensão do neoliberalismo, crise do Estado brasileiro e crise do socialismo real. A intenção é dar maiores subsídios para compreendermos como estes processos se transformaram em condições de emergência para o discurso político da campanha Collor. O segundo capítulo, intitulado *Espaços de disputa do segundo turno da eleição de 1989 e as organizações discursivas da campanha Collor*, se destina à análise das fontes audiovisuais que nos possibilitaram

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MZ8B76JE-zI>

apreender dois espaços de disputa da campanha eleitoral do Movimento Brasil Novo<sup>3</sup> que fixaram sentidos, através do discurso político, a respeito daqueles processos históricos. Por fim, nas considerações finais, retomamos o ponto da hipótese que entendemos pertinente para a resposta do problema de pesquisa. Isto é, que as manifestações discursivas engendradas pela campanha Collor foram determinadas pela característica de projeto de campanha e de governo que a Frente Brasil Popular representava.

---

<sup>3</sup> O partido de Fernando Collor, o PRN, fazia parte de uma coligação denominada Movimento Brasil Novo (PRN, PSC, PTR). O partido de Lula da Silva, o PT, fazia parte de uma coligação designada Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB).



## **CAPÍTULO 1 6 A ELEIÇÃO NO CONTEXTO DA DÉCADA DE 1980: CONVERGÊNCIA ENTRE FATORES INTERNOS E EXTERNOS**

### **1.1 6 UM NOVO TIPO DE CAPITALISMO**

No plano internacional, a década de 1980 se caracterizou pela emergência de práticas neoliberais como contraponto, ou melhor, como respostas vitoriosas à crise econômica que assolava o capitalismo central (leia-se: EUA, Europa Ocidental e Japão) desde a década de 1970. O ano de 1973, época do primeiro choque do petróleo<sup>4</sup>, foi o detonador das dificuldades pelas quais já passavam os países economicamente orientados numa lógica keynesiana de intervenção do Estado em assuntos econômicos. O Keynesianismo foi responsável por orientar a política econômica de grande sucesso dos assim chamados Estados de bem estar social (*Welfare States*). Evidentemente que tal orientação foi seguida de forma diversa pelos países centrais do capitalismo, mas em geral foi responsável pela garantia do pleno emprego, de bons salários e de uma seguridade social, bases para garantir um crescimento econômico alicerçado num forte mercado consumidor (PADRÓS, 2000, p.248).

Tal modelo de capitalismo, ao se esgotar lentamente pela década de 1970, foi diagnosticado, por alguns intelectuais, como excessivamente controlado pelo Estado, precisando de antídotos (neo)liberais que já vinham sendo semeados por autores como Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. Os dois foram ilustres representantes da Sociedade de Mont Pelerin, fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial para se contrapor ao governo trabalhista inglês e ao New Deal estadunidense, eminentes exemplos que colocaram em prática táticas keynesianas para gerir a atividade econômica. Estes teóricos, entre outros, ficariam conhecidos como formuladores daquilo que classicamente se denominou de neoliberalismo. Se durante as décadas de 1950 e 1960 as teorias neoliberais não tinham uma conjuntura favorável para orientar economias, afinal o Welfare State vivia seus anos de enorme vitalidade, a estagflação

---

<sup>4</sup> Denomina-se “choque do petróleo” o contexto de aumento do preço do barril, pelos países da OPEP, em represália à ajuda do Ocidente, notadamente os EUA, à Israel na Guerra do Yom Kippur.

(mistura de estagnação econômica com inflação) da década de 1970 mudou a sorte destas teorias. Os pensadores neoliberais afirmavam que a política e a economia do Welfare State impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem (HOBBSAWM, 1995, p.399).

Este contexto criou oportunidades, entre o final da década de 1970 e inícios da década de 1980, para a ascensão dos primeiros governos orientados por uma lógica neoliberal<sup>5</sup>. A eleição de Margareth Thatcher em 1979 na Grã-Bretanha, e a eleição de Ronald Reagan em 1980 nos EUA foram expoentes de uma ruptura com as políticas antecessoras, e inauguravam uma guinada de vários governos ao redor do mundo para uma primazia do livre-mercado sobre o Estado interventor. Entre outros exemplos podemos lembrar países do norte da Europa que também entraram nesta onda neoliberal (com exceção do clássico e mais duradouro *Welfare State* da Suécia), somados ao caso da Nova Zelândia, possivelmente o caso mais extremo de uma restauração da agenda liberal em países do capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p.13 e 14).

Todavia, no que diz respeito ao Brasil, qual foi o impacto deste plano externo de crise e reestruturação econômica? Bem, se no início da década de 1970 o Brasil viveu dias de crescimento do PIB acima de dois dígitos (o chamado milagre econômico), a onda recessiva internacional, no contexto da crise do Welfare State e do fim do acordo de Bretton Woods capitaneado pelos EUA, acabou atingindo o governo militar brasileiro. O Brasil se viu imerso numa onda que levou

ao surgimento de uma nova ordem na economia mundial, baseada em taxas de câmbio flutuantes e maior instabilidade financeira. Esse cenário foi agravado pela crise gerada com o súbito aumento do preço do petróleo (...)Esses acontecimentos marcaram o fim do grande boom de 25 anos do pós-guerra, que seria substituído por um longo período em que a economia mundial se manteve muito mais hostil ao crescimento de países em desenvolvimento, como o Brasil.(PRADO; EARP, 2009,p.234)

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que o Chile seria uma primeira “experiência-piloto” do neoliberalismo, antes mesmo de Inglaterra e EUA. Isto é, nos referimos ao momento da ditadura comandada por Augusto Pinochet, quando assessores econômicos estadunidenses, ligados à Escola de Chicago, orientaram práticas neoliberais de gestão da economia.

Ou seja, a médio e longo prazo a crise do capitalismo da década de 1970 afetou mais fortemente países da periferia deste sistema econômico, em outras palavras, o ônus deste processo foi passado à periferia (PADRÓS, 2000, p. 264). Entre os problemas advindos deste processo e que afetaram países como o Brasil, destacam-se a crescente dívida externa e a inflação, assuntos de grande notoriedade no discurso político brasileiro de fins da década de 1980. A passagem do último governo militar de João Baptista Figueiredo para o primeiro governo civil depois de 21 anos, esteve mergulhada numa crise que só aumentou no decorrer do governo Sarney (1985-1990). Junto com a dívida externa e a inflação, haveria a pressão de agências internacionais, como o FMI, para políticas de estabilização e ajuste.

A eleição e o posterior governo de Fernando Collor, por seu turno, foi uma chance para que remédios neoliberais como redução do tamanho do Estado, privatizações, abertura ao capital estrangeiro, desregulamentação, entre outros, fossem testados para reanimar o crescimento econômico desacelerado desde os anos finais do regime militar. Em tempo: se Collor explicitou ou não sua posição neoliberal durante a campanha eleitoral será assunto para o próximo capítulo.

Ademais, cabe sublinhar que estes antídotos foram aplicados em outras partes do capitalismo latino-americano que também se encontravam em crise na década de 1980. As vitórias eleitorais de Carlos Salinas no México, de Carlos Menen na Argentina e de Alberto Fujimori no Peru seriam exemplos de uma nova fase neoliberal e globalizante no continente americano.

## 1.2 O A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O discurso político analisado no segundo turno da eleição presidencial de 1989 também foi afetado pelo plano interno brasileiro, aí se destacando todo um debate acerca da crise e/ou reforma do Estado. Este debate se acentuou com o progressivo desgaste que o governo do presidente Sarney sofreria em cinco anos de mandato. Um

dos pilares deste desgaste foram os fracassos contumazes dos planos de estabilização econômica.<sup>6</sup>

Convém lembrar que o governo Sarney se formou depois de uma conturbada abertura do regime autoritário que pode ser identificada desde o governo Geisel (1974-1979). A partir de então, os ritmos que ela assumiu saíram de uma simbiose tanto de projetos de cima para baixo, por exemplo, a grande costura política engendrada por Golbery e as atuações mais firmes do MDB enquanto oposição; quanto de respostas de baixo para cima da sociedade civil, por exemplo, sindicatos, universidades, Igrejas, imprensa, etc, culminando no movimento *Diretas Já* (TEIXEIRA, 2009, p.254.). Por fim, tivemos uma transição controlada (vitória dos projetos de cima para baixo) por meio de uma eleição indireta de presidente da República em janeiro de 1985. A disputa no chamado Colégio Eleitoral se polarizou entre duas chapas. De um lado, uma que expressava certa continuidade com o período anterior, afinal era liderada por Paulo Maluf, candidato pelo PDS, partido que sucedera a governista Arena. De outro, a chapa denominada Aliança Democrática, que congregou PMDB e PFL, este saído das fileiras do PDS. A vitória no Congresso Nacional seria da Aliança Democrática, tendo como presidente Tancredo Neves e, como vice, José Sarney.

Dias antes da posse, em março de 1985, Tancredo foi hospitalizado. Desta forma, o cargo máximo do executivo federal seria passado de Figueiredo para Sarney. A longa agonia de Tancredo Neves terminou em abril do mesmo ano, quando de seu falecimento. Já a longa agonia da crise brasileira se estenderia por um tempo de maior duração.

A crise do Estado referida na introdução deste trabalho já foi tema de debates no início do governo Sarney, especialmente no que dizia respeito ao debate em torno da eficácia ou não do velho modelo de desenvolvimento econômico brasileiro alicerçado numa atuação consistente do Estado, em alguma medida ligado ao nacional-desenvolvimentismo do período democrático de 1945-1964. Como aponta Diniz

Se havia um amplo consenso quanto à necessidade de realizar as reformas políticas liberalizantes de modo a eliminar o legado autoritário, por outro lado, não havia acordo, no interior do próprio governo, quanto ao

---

<sup>6</sup> Entre 1986 e 1989 o Brasil experimentou quatro tentativas de frear o problema da inflação. Foram elas o Plano Cruzado I, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser e o Plano Verão.

esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento, quer em seus aspectos econômicos, quer em seus suportes institucionais. Esse modelo ainda não estava desacreditado. (DINIZ, 2000, p.78)

Entretanto, a partir da eleição de 1989, este modelo de desenvolvimento com uma considerável intervenção do Estado na economia foi interpretado, por algumas correntes políticas, como um entrave para equacionar a grande crise econômica pela qual passava o Brasil. Se no momento da campanha eleitoral a campanha Collor enfatizou aspectos mais específicos como o processo hiperinflacionário, a crescente dívida externa, o déficit público e a crise fiscal, em termos macroeconômicos começamos a ter uma ruptura no aspecto do tipo de atuação do Estado na economia. A agenda que saiu vitoriosa da contenda de 1989, a do candidato Collor, propiciou que o governo instalado em março de 1990 atacasse justamente aspectos do velho modelo intervencionista ao se coadunar com agendas neoliberais já aplicadas em outras partes do mundo.

Retomando o ponto do início do governo Sarney, como aponta Diniz em outra obra (1997), existia-se uma agenda maximalista para conter a crise do Estado, ou seja, uma agenda que incluía aspectos de estabilização econômica, revitalização do mercado, re inserção internacional, metas de institucionalização da democracia, sem esquecer dos componentes sociais que apontavam um aumento da desigualdade social proveniente do caráter concentrador do crescimento econômico do milagre dos anos 1970 (DINIZ, 1997, p.42).

Passados quatro anos de governo, gradualmente ocorre um movimento de metamorfoses da agenda, passando de um conjunto de orientações maximalistas para um conjunto de orientações minimalistas. A gravidade da crise econômica ressaltou este aspecto da crise do Estado, colocando em plano secundário os demais itens da agenda. No decorrer do primeiro governo da Nova República, os programas de estabilização viriam a adquirir centralidade cada vez maior, tornando-se o cerne da ação governamental (DINIZ, 1997, p.42).

Não conseguindo cessar nenhum dos problemas da crise do Estado que as metamorfoses da agenda intentaram facilitar, ocorreu também uma outra reversão de tendências no Governo Sarney. Indo ao encontro do subcapítulo anterior, que apontou a

emergência da doutrina neoliberal na década de 1980, o final do governo Sarney foi marcado

(...) pela rejeição da proposta de combate à inflação sem recessão [como fora a intenção, por exemplo, do Plano Cruzado] e pela adesão a ortodoxia liberal. Paralelamente, na área externa, verifica-se um ajustamento e uma aproximação com relação às agências multilaterais, a par do reforço dos vínculos, na rede transnacional de conexões, entre atores internos e internacionais. (DINIZ, 1997, p.116).

Obviamente que esta foi uma mudança de procedimentos pouco consistente por se tratar do período praticamente de encerramento daquele governo. No entanto, nos revelam que os encaminhamentos liberais assumidos a partir do governo Collor (1990-1992) tinham uma precedência já desde o governo anterior, mostrando a força que a onda neoliberal possuiu na década de 1980. Para o contexto da eleição de 1989, e para a análise da campanha que foi privilegiada pelo recorte do trabalho (a campanha Collor), importa acentuar a conexão de relações que o candidato do Movimento Brasil Novo fez entre a crise do Estado brasileiro e o Governo Sarney.

No primeiro turno da eleição de 1989, a crise do Estado foi exposta por Collor como sinônimo do governo daquele momento. Tínhamos um Sarney construído por Collor, extremamente incompetente e corrupto. Mais do que o governo em si, era a figura do presidente Sarney a mais atacada nas manifestações discursivas do candidato. Existia, portanto, uma conjuntura muito favorável ao que o Collor falava a respeito da crise do Estado. Tinha-se um exemplo concreto, facilmente assimilável pelos espectadores/eleitores. Mais do que ficar em longas discussões a respeito dos fatores e das estruturas que causavam a complexa situação da crise, dificilmente discernível para grande parte do eleitorado, Collor apostou em um discurso político que simplificava a crise na incompetência do atual presidente. As causas das dificuldades cotidianas sentidas pela população, como o aumento dos preços acima dos salários, foram significadas, no primeiro turno, em relação direta às atuações desastrosas do Governo Sarney. O que faltava a este presidente, na construção da campanha do Movimento Brasil Novo, era a vontade política que não faltava a Fernando Collor. Vontade esta que

se traduziu no combate aos verdadeiros causadores da crise brasileira, os õmarajásö e a corrupção õdeslavadaö.<sup>7</sup>

Contudo, de onde poderíamos extrair reflexões mais profundas sobre a crise do Estado brasileiro? Neste ensejo, relatamos a importância do contato com a dissertação de mestrado de Temistocles Américo Correa Cezar (1993). Seu trabalho também se concentra na análise de discurso político na eleição de 1989; entretanto, ao contrário deste Trabalho de Conclusão, a dissertação de Cezar foca o primeiro turno da eleição, e apresenta um estudo de maior amplitude ao trabalhar com discursos de sete presidentes (Collor, Lula, Mário Covas, Leonel Brizola, Roberto Freire, Paulo Maluf e Guilherme Afif Domingos). Neste momento importa retomar pontos mais gerais que Cezar trabalha a respeito da crise do Estado. Isto é, o autor explica que tal crise pode ser buscada na história deste Estado nas décadas de 1960, 1970 e 1980, enfatizando as formas de intervenção do Estado militar no processo de desenvolvimento nacional, argumentando que

Apesar da procedência das críticas a esses desvios singulares, é consenso entre os analistas políticos que as causas da crise do Estado ultrapassam consideravelmente condutas individuais equivocadas de certos membros de seu corpo funcional. O problema reside nas graves deficiências estruturais e operacionais da máquina pública e em um complicado e histórico jogo de poder, cuja profundidade não é imediatamente perceptível ao cidadão/eleitor/espectador menos avisado. (CEZAR, 1993, p.97).

Aos objetivos atuais deste trabalho importa menos fazer um estudo das verdadeiras causas da crise do Estado brasileiro e, sim, tratar mais das respostas que o candidato Collor articulou a respeito desta crise. Não obstante, a referência acima serve enormemente para relativizarmos o discurso político do candidato. Marcando bem que estamos trabalhando um período (eleitoral) em que potencializasse o discurso político no aspecto de necessitar fazer crer e, por conseguinte, em muitas ocasiões, simplificar os significados para que estes possam ser apreendidos pelo conjunto heterogêneo dos cidadãos/eleitores.

---

<sup>7</sup> Lembramos que estas referências advêm tanto de leituras sobre o período, quanto da análise de material audiovisual da campanha eleitoral de primeiro turno. Todavia, não fazemos referências mais explícitas às fontes deste turno por não se tratar do foco trabalho.

A partir deste sucinto resumo da crise do Estado e de como ela foi tratada e significada no período pré-segundo turno, como se daria a construção discursiva de Collor a esse respeito para vencer a última fase do pleito? Frente à necessidade de enfrentamento com o discurso petista do segundo turno sobraria espaço para esta questão? Se sim, seria remodelado em outros termos? Respostas que serão buscadas no segundo capítulo desta monografia.

### 1.3 O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL DURANTE A CAMPANHA PRESIDENCIAL

Além desses dois eixos de construções discursivas que giraram ao redor de noções como neoliberalismo e crise do Estado, um outro eixo explorado pelo discurso político do Movimento Brasil Novo foi a relação da crise dos países de socialismo real com o discurso petista que Collor quis passar nos espaços em disputa das fontes audiovisuais analisadas. O discurso anticomunista, antigo na história republicana brasileira, foi retomado com novas formulações que as condições de emergência da crise do Leste Europeu possibilitavam. Não custa lembrar que o segundo turno da eleição presidencial de 1989 se deu poucos dias após a queda do Muro de Berlim, em 9 novembro de 1989, se constituindo como expressão máxima do colapso do bloco socialista.

Os regimes da Europa Oriental que desabaram no fim dos anos 1980 tiveram sua gênese ao fim da 2ª Guerra Mundial, no momento de libertação deste território, pelas forças do Exército Vermelho da URSS, das mãos dos nazistas de Hitler. De início, estes territórios não importariam modelos político e econômicos da URSS, afinal esta superpotência só exigia governos não-hostis a Moscou. Espécies de governos de união nacional. Contudo, ao ser deflagrado o ambiente de Guerra Fria, a partir da Doutrina Truman, se formou um bloco coeso em torno da liderança dos soviéticos.<sup>8</sup> Esta formação implicou a introdução de um sistema econômico baseado numa pesada intervenção do Estado na economia, que não se confunde com o intervencionismo

---

<sup>8</sup> Bloco que seria formado com algumas fissuras claras como seria o caso da Iugoslávia do Marechal Tito.



keynesiano em países capitalistas. Nestes, a propriedade privada dos meios de produção ainda é extremamente atuante.

Após mais de quarenta anos sob o predomínio de governos alinhados ao Kremlin, a segunda metade da década de 1980 assistiu ao processo de democratização de estruturas políticas do Leste Europeu, quase coincidentes temporalmente com o processo de transição democrática da própria América Latina na qual se insere o caso brasileiro. Estas duas regiões também foram cenários de aplicação de medidas neoliberais adotadas anos antes em países do capitalismo avançado. Na visão de alguns autores, o processo de implementação de medidas neoliberais foi muito mais expressivo nos países ex-socialistas. Seja como for, a queda do socialismo real levaria à compreensão da vitória do capitalismo, sendo que não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80 (ANDERSON, 1995, p.17-18). Por ironia da história, em fins da década de 1980, o neoliberalismo já apresentava limites nos países centrais do capitalismo, no que diz respeito a uma reanimação duradoura do crescimento econômico. Porém, o colapso completo da alternativa socialista seria determinante para as condições de permanência do discurso neoliberal ao redor do planeta.

Para compreendermos a origem do esgotamento da experiência socialista europeia, Mark Mazower afirma que o raciocínio que embasou a decisão do Kremlin de priorizar a reforma econômica interna, a desilusão que se seguiu ao atoleiro do Afeganistão, encontra-se a chave dos acontecimentos de 1989 (MAZOWER, 2001, p.369). A URSS, cronologicamente, desintegrou-se apenas em 1991<sup>9</sup>; no entanto, foi a sua política de não mais intervenção e não mais proteção aos seus satélites da Europa oriental, em vista de um reordenamento de prioridades, que explicam o colapso de 1989. Como complementa Mazower, a queda do império começou dentro da própria União Soviética (MAZOWER, 2001, p.372).

O final da crise acabou atingindo o país que liderou o bloco desde a década de 1940, e no qual foram gestadas as reformas política e econômica (Glasnost e Perestroika) que acabaram implodindo o bloco socialista. A extinção da URSS, em 25 dezembro de 1991, alertou que

---

<sup>9</sup> Entretanto, muitas repúblicas soviéticas começaram seu processo de independência da federação anos antes de 1991. Os Estados bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) foram os grandes exemplos. Em 1988, a Estônia seria a primeira das 15 repúblicas a se tornar independente. (MAZOWER, 2001, p.372).

Da mesma forma como em seu período ascendente, os ganhos da ex-URSS influenciariam a teoria econômica no sentido da necessidade da planificação, sua desintegração fortaleceu a ideia liberal de deixar ao mercado a regulação e o ritmo do desenvolvimento econômico dos países. O pensamento econômico vive ele mesmo neste século, ondas que se revezam entre *liberalismo ou intervencionismo estatal, monetarismo ou desenvolvimentismo*, refletindo a contradição *plano-mercado*, introduzida pelos ciclos econômicos (...)[grifos do autor] (RODRIGUES, 2003, P.192)

No que tange à relação de tal conjuntura histórica com o processo eleitoral brasileiro, lembra-se que o início da *debacle* do Leste Europeu socialista se deu justamente no ano da eleição presidencial brasileira, sendo que o momento mais simbólico desta queda se daria em meio a campanha de primeiro turno (a derrubada do Muro de Berlim). Em cada país do bloco socialista a queda do sistema de inspiração soviética originou novos governos refratários à Moscou. Entre estes podemos destacar a Polônia de Lech Walesa e a Tchecoslováquia (posteriormente dividida em República Tcheca e Eslováquia) de Vaclav Havel.

Com isso, pretende-se expor que o tipo de discurso anticomunista mobilizado por Collor não era apenas aquele antigo e por vezes caricato discurso do comunismo contra as religiões, contra a moral e os bons costumes, etc. A ênfase que será analisada no próximo capítulo diz respeito a um discurso anticomunista que identificava nesta ideologia fracassos em torno de um amplo sistema político e econômico. A derrocada do bloco socialista seria a senha para críticas a qualquer tipo de projeto político que se mostrasse em alguma medida parecido com o intervencionismo estatal dos governos comunistas ou que pretende-se uma dinâmica de sociedade em alguma medida diferente da dinâmica vigente.

## CAPÍTULO 2 6 ESPAÇOS DE DISPUTA DO SEGUNDO TURNO DA ELEIÇÃO DE 1989 E AS ORGANIZAÇÕES DISCURSIVAS DA CAMPANHA COLLOR

### 2.1 6 O DISCURSO POLÍTICO DA CAMPANHA COLLOR NO HGPE

Para chegar ao primeiro segundo do turno de uma eleição presidencial no Brasil, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva ultrapassaram 21 candidatos no pleito eleitoral do primeiro turno, realizado em 15 de novembro de 1989<sup>10</sup>. A partir do dia 28 do mesmo mês começaram as campanhas de segundo turno dos dois presidenciáveis em cadeias de rádio e televisão. Neste subcapítulo discute-se a campanha eleitoral do HGPE noturno (horário das 20h:30min), na televisão, da última semana de veiculação, ou seja, do período de 8 a 13 de dezembro de 1989.<sup>11</sup>

Antes da análise propriamente dita da campanha Collor, cabe expor o ponto da importância que esta plataforma de mídia (a televisão) teve como papel central para o desenvolvimento das campanhas eleitorais em 1989. Esta eleição presidencial foi a primeira realizada em um contexto de grande predomínio deste veículo de mídia nas residências brasileiras. Para se ter uma noção desta penetração da televisão Venício Lima aponta que

Segundo o IBGE, 73% dos domicílios do país possuíam pelo menos um aparelho de TV em 1989 e as quatro redes nacionais (Globo, SBT, Bandeirantes e Manchete) cobriam, em abril de 1989, respectivamente: 99,93%, 89%, 87,98% e 70% destes domicílios. Em 1989, estimava-se que 94% dos brasileiros assistiam regularmente à TV e dados de 1980 já indicavam uma média superior a 3,2 horas diárias de exposição à TV, sendo que essa média é consistentemente maior no horário nobre (18 às 22hs). (LIMA, 1990, p.35).

---

<sup>10</sup> Os dez primeiros colocados no primeiro turno seriam: Fernando Collor (PRN), Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PSD). *Folha de São Paulo*. 20.11.1989. B-11. *Diretas 89*.

<sup>11</sup> A campanha oficialmente só seria encerrada, pelas regras do TSE, à meia-noite do dia 14/12. No entanto, neste dia, o horário noturno seria reservado para o último debate.

Dois aspectos importantes se destacam da passagem acima. Em primeiro lugar, os dados quantitativos mostram o quanto era importante, num país de dimensões continentais como o Brasil, desenvolver competentes programas eleitorais para a televisão, pois grande parte do contato dos candidatos com os eleitores/espectadores se daria via esta plataforma. A linguagem visual, a imagem fragmentada e o *vídeo clip* seriam recursos amplamente utilizados no HGPE (LIMA, 1990, P.35). Em segundo lugar, destaca-se a centralidade que os programas veiculados em horário noturno (horário nobre) teriam sobre os do horário da tarde, realçando a importância da fonte aqui trabalhada.

Além disso, foi na década de 1980 que o HGPE na televisão se converteria num instrumento efetivo do jogo democrático brasileiro (ALBUQUERQUE, 1996,p.90). A eleição de 1989, por seu turno, localizada temporalmente entre o período militar finalizado em 1985 e o advento de uma legislação eleitoral mais restritiva ao HGPE na década de 1990, foi um local privilegiado de uso maciço e até então inédito de estratégias discursivas que só a televisão permite. Entre os aspectos que podemos ressaltar está a reflexão a respeito do quanto a lógica audiovisual modela o discurso político em espaços de disputa eleitorais.<sup>12</sup> Soma-se a isto o fato de que, ao contrário do que acontece nos telejornais, os programas eleitorais via televisão visarem *õexplicitamente* (grifo nosso) incentivar a identificação do público com uma determinada versão acerca do significado da realidade ó apresentada como verdadeira ó em oposição aos demaisö(ALBUQUERQUE,1996,p.262). Dessa maneira, entendemos pertinente o uso do conceito de discurso político no contorno teórico apresentado na introdução desta monografia.

A intenção da campanha Collor de construir um discurso político que se tornaria porta-voz dos interesses gerais da sociedade apresenta-se explicitamente no programa eleitoral do dia 11/12, quando o candidato aparece verbalizando diretamente ao eleitor/espectador que õele [Lula] representa os interesses de alguns grupos, enquanto eu represento os interesses da grande maioria do paísö. Ao longo de todo segundo turno, Collor teve a intenção de mostrar aos eleitores que ele não era o candidato da õclasse dominanteö como era nomeado pela campanha da Frente Brasil Popular. Nesse sentido,

---

<sup>12</sup> A este respeito, o trabalho de Albuquerque (1996) dialoga com o conceito de “Espetáculo Político” e, entre os instigantes debates que propõe, ressaltamos o argumento do autor de que o HGPE não pode ser visto como um “circo” que diminui a qualidade do debate político.

o candidato não desprezava os votos de grandes empresários, latifundiários ou banqueiros, mas tinha a constante preocupação de mostrar que era também o candidato dos grupos populares. Consequentemente, vemos que ao se deparar com o discurso petista que tentava associá-lo a certas camadas mais ricas da população, Fernando Collor (re)afirmava algo já presente na campanha de primeiro turno: seu compromisso de governar para os mais pobres. Mas tendo a confiança de que ele era o candidato mais palatável para as camadas mais altas da esfera da riqueza. Para que seu discurso simbolizasse os interesses gerais não era necessário, portanto, focar suas estratégias para convencer eleitores com alto poder aquisitivo.

Ao longo desta última semana de programas eleitorais, o candidato se colocou em duas oportunidades falando diretamente ao público e ocupando todo ou grande parte do tempo de dez minutos reservados a cada candidato pelo TSE. No dia 10/12 Collor aparece durante todo programa falando em estúdio, sem nenhum narrador *in off*. No dia seguinte ocupa seis minutos do horário eleitoral com a mesma estratégia de discurso em estúdio. São nestas duas oportunidades que podemos depreender organizações discursivas que giravam em torno das noções (mas não só destas) de crise do socialismo, neoliberalismo e crise do Estado brasileiro, com uma ênfase muito maior, nestas oportunidades, de associar a candidatura Lula com os projetos políticos que levaram ao colapso dos regimes comunistas do Leste Europeu.

A estratégia do anticomunismo da campanha Collor, como já dissemos no capítulo anterior, salientou o socialismo/comunismo enquanto um sistema político e socioeconômico em declínio no momento da eleição presidencial. Entretanto, não faltaram oportunidades, nas fontes analisadas por este trabalho, de construções discursivas mais caricatas. Um exemplo seria o método de sobrepor a uma bandeira brasileira, uma bandeira inteiramente vermelha, com um narrador *in off*, no dia 12/12. Mesmo que na bandeira vermelha não aparecesse nenhum símbolo (como a estrela do PT ou o símbolo internacionalmente conhecido da foice e do martelo), a associação de uma sobreposição dos interesses nacionais por uma ideologia construída no programa como falha, era nítida. Tal estratégia também foi usada durante o primeiro turno pelo candidato Paulo Maluf. No mesmo dia, o programa eleitoral mostra Collor em entrevista a um jornalista da TV Record (que depois seria obrigado pelo TSE a dar o mesmo espaço para o candidato Lula) onde o ex-governador de Alagoas ironiza os comícios da oposição nos quais eles não respeitam o hino nacional. Muito bem que

eles cantem a internacional [socialista], estamos vivendo numa democracia. Mas na hora que toca o hino nacional todo mundo deve respeito (...) e beijavam a bandeira vermelha, ao invés de beijar a bandeira do Brasil. Já no dia anterior, 11/12, a campanha do Movimento Brasil Novo utiliza uma fala de Juscelino Kubitschek, enquanto presidente na década de 1950, em que este afirma que para que o comunismo vencesse no Brasil, seria necessário uma mudança de alma, uma transformação na própria natureza do povo brasileiro. Uma fala claramente alicerçada em um senso comum que foi construído aos poucos no Brasil a respeito do comunismo e que não se ligava às condições de emergência do discurso anticomunista ancorado na queda do socialismo real enquanto sistema.

No que se relaciona a este último sentido de discurso anticomunista, as falas em estúdio do candidato Fernando Collor contiveram aspectos de uma crítica aos governos da Europa Oriental. No dia 10/12 Collor argumenta

Não precisamos mais discutir agora que tipo de governo eles [Frente Brasil Popular] pretenderiam fazer se chegarem à presidência. Nós já sabemos e o mundo inteiro está provando isso. Eles defendem ideias atrasadas, ideias que foram testadas em grande parte deste século e que agora estão sendo repudiadas fortemente por quem experimentou este tipo de governo. Nós sabemos o que homens com o mesmo pensamento que o deputado do PT fizeram nos países da Europa Oriental. Eles criaram a ditadura e o autoritarismo, em tudo igual ao que sofremos por mais de vinte anos.

Com todos os exageros retóricos que um espaço de disputa eleitoral suscita, este trecho começa a mostrar o quanto a queda dos regimes do Leste Europeu serviram de condições de emergência de um discurso político que tinha a intenção de reivindicar o poder de Estado construindo uma afinidade de pensamento entre o candidato adversário e os governantes dos países socialistas. Era o objetivo de associar o projeto de esquerda declarado pela campanha Lula ao ambiente de governos autoritários de esquerda. Era a condensação de qualquer projeto de esquerda ao redor do mundo à realidade em colapso do socialismo europeu. Além disso, o candidato faz uma insólita comparação entre a ditadura militar brasileira de 1964 e os regimes de partido único da Europa Oriental. Uma comparação que não levou em conta as nítidas diferenças históricas e ideológicas entre os dois polos de cotejo, mesmo que admitamos que o conceito de ditadura não fosse distante da realidade da Europa do leste na época. A intenção do discurso político foi aproveitar as condições de emergência de um Brasil que acabava de sair de uma

ditadura, com as condições de emergência de uma parte da Europa que via o fim de regimes autoritários. Esta se desenrolando em meio à campanha presidencial brasileira. Nesta mesma fala, Collor continua a argumentação de que os governos socialistas da Europa

(...)geraram um novo tipo de pessoa. Um grupo de amigos do poder que eles sim vivem de um modo milionário às custas do Estado, enquanto o povo continua na pobreza, enfrentando filas e racionamento até de comida para dar a sua família. O povo que espera o pão e a liberdade, recebe no fim a fome, a repressão policial e os muros de Berlim.

Aqui percebemos uma articulação discursiva que vai ao encontro de algo explorado pelo candidato Collor desde o primeiro turno, e que se relaciona também com organizações discursivas a respeito dos antídotos para o fim da crise do Estado. O grupo de amigos do poder do Leste Europeu pode ser facilmente assimilável em paralelo com a notória construção da figura do marajão do setor público brasileiro.

No decorrer de 1989, Collor seria amplamente conhecido como o caçador de marajão, expressão ligada ao seu combate aos chamados supersalários de um certo estrato do funcionalismo público de Alagoas. No entanto, é possível perceber esta construção de caçador de marajão há mais de um ano antes do escrutínio de 89. A revista semanal *Veja*, em sua edição de 23 de março de 1988, já colocava em reportagem de capa a atuação do então governador de Alagoas contra parte da burocracia daquele estado. Aos poucos, em outros veículos de mídia, Fernando Collor ia adquirindo destaque no cenário político brasileiro. Rememora-se este ponto porque na análise do primeiro turno da eleição presidencial, fica muito evidente a construção de um candidato paladino contra a corrupção, especialmente aquela que se ligava ao setor público e mais explicitamente identificada em um indivíduo: o presidente José Sarney. O tema da moralização pública, portanto, seria um eixo extremamente explorado pelo candidato Collor.<sup>13</sup>

Já no segundo turno da eleição, a referência de um candidato disposto a acabar com os marajões não seria abandonada, apenas remanejava a identificação de marajão com outras realidades socioespaciais. Se a atuação dos burocratas ligados aos Partidos Comunistas europeus se aproximava da figura do marajão brasileiro, e se o discurso

---

<sup>13</sup> Destacamos, a esse respeito, MORITZ (1996). Ver referência completa na bibliografia final deste trabalho.

petista era identificado como em sintonia com as premissas dos governos comunistas europeus, Collor organizou seu discurso político para combinar na cabeça do eleitor várias conotações discursivas negativas que tinham um endereço final: a candidatura adversária de Lula. Combinação esta que, apenas para deixar claro, não entendemos como uma manipulação pura e simples, mas sim como uma estratégia discursiva usada em um espaço de disputa político que contava com certas condições de emergência para a construção dos mais variados discursos. No dia 11/12, Collor de Mello, também em estúdio e em olhar direto com o eleitor/espectador, retomou seu arsenal de associação entre Lula e o Leste Europeu ao enunciar que

A correta divisão que me separa do meu adversário é uma só. É uma ideia nova, contra uma ideia velha. É uma visão moderna, contra uma visão atrasada. É um futuro possível, contra um passado já testado na Polônia, na Hungria, na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia. Um passado que como estamos vendo, fracassou.

Este excerto discursivo já nos dá ensejo para avaliarmos como Collor tratou de significar as razões e as formas de o Brasil sair da crise pela qual se encontrava na década de 1980. Ao averiguarmos a última semana do HGPE do Movimento Brasil Novo, encontramos rupturas e continuidades com as manifestações discursivas do primeiro turno. No campo destas últimas, observa-se a permanência da ideia de um candidato com um projeto òmodernizadorõ para o país, mas sem especificar o caminho necessário para atingir o ponto de chegada das soluções. No terreno das rupturas, a não-resolução da crise do Estado brasileiro não era mais associada ao presidente José Sarney, tratado por Collor quase como um inimigo pessoal no primeiro turno do pleito. Agora, no segundo turno, a não resolução era relacionada às muitas qualidades negativas de diálogo que um futuro governo Lula colocaria em pauta. Faltando, inclusive, nesta última semana de campanha eleitoral no HGPE, referências de Collor ao aspecto mais premente da crise do Estado sentida pela população: o problema da inflação. Não há nenhum planejamento no discurso político de Collor de algo parecido com o plano de estabilização econômica conhecido como Plano Collor I<sup>14</sup>.

No dia 10/12, na primeira fala em estúdio que analisamos, Collor expõe que

---

<sup>14</sup> Conjunto de medidas provisórias (MP's), posteriormente, com algumas modificações no Congresso, transformadas em lei, que tinham o objetivo de derrotar a inflação.



O nosso país é grande demais minha gente e os problemas são enormes para serem resolvidos num clima de confronto. Eu estava convencido e continuo convencido de que para entrarmos numa nova era e podermos atacar de frente as dificuldades do nosso povo, principalmente dos mais humildes, nós vamos precisar de concórdia, de união e de tranquilidade.

Os responsáveis por este clima de confronto eram claramente enunciados em outras passagens como sendo a coalizão de forças da Frente Brasil Popular. Algumas palavras usadas pelo candidato Fernando Collor para se referir, neste quesito, aos adversários, e nesta última semana de campanha, seriam: intransigência (8/12), loucura (10/12), fanatismo (10/12), irresponsabilidade (10/12), terror (13/12), perseguições (13/12), entre outras. Características estas que inviabilizariam uma superação da crise brasileira que na visão de Collor passaria por um amplo consenso nacional incapaz de ser realizado pelo candidato adversário. Este, na construção discursiva da campanha Collor, incendiaria o país ao invés de resolver a crise. Ao lado do ex-governador de Alagoas estaria a vontade de gente que não deseja revolução e nem guerra. Que quer apenas o direito à felicidade (10/12), numa clara tentativa de interpelar discursivamente os sujeitos eleitores/espectadores. O ponto alto da falta de capacidade política de um possível Governo Lula para lidar com a crise seria a contumaz referência da campanha do Movimento Brasil Novo às greves políticas levadas a cabo pelo PT e pela central sindical aliada ao partido (a CUT), em detrimento das greves justificadas e sistematizadas discursivamente pelo candidato Fernando Collor no programa eleitoral do dia 10/12.

Ao longo dos seis programas do HGPE investigados por esta pesquisa, em cinco deles a campanha Collor faz alusão à questão das greves. Tal ponto, por conseguinte, necessitaria de um trabalho com um enfoque mais acurado em cima desta problemática, cabendo aqui apenas algumas considerações. São utilizadas referências de greves em cidades como Fortaleza e São Paulo (comandadas por prefeituras do PT, à época) e dos problemas, ressaltados pela campanha do PRN, advindos de uma má condução política delas. Ao fim e ao cabo, a campanha Collor desejava conectar estas greves políticas da CUT às características incendiárias citadas no parágrafo anterior. Reforçando a tese da incompetência petista para criar um clima propício para a resolução da crise do Estado.

Seria, então, o projeto ãomodernoõ tão anunciado no HGPE do Movimento Brasil Novo o antídoto para debelar tal crise? Concordamos com Eli Diniz quando esta autora argumenta que a vitória de Fernando Collor representou uma adequação do Brasil ao Consenso de Washington, e que esta vitória oportunizou o triunfo da agenda neoliberal, que já vinha se esboçando desde o final do Governo Sarney, sobre a agenda maximalista do começo da Nova República (DINIZ, 1997, p.118). Contudo, em que pese os programas eleitorais da última semana de campanha, o candidato Collor de Mello seria explícito nesta identificação com propostas alinhadas com a ãoreação teórica e políticaõ neoliberal, como aponta Perry Anderson, que vinha ganhando terreno em países do capitalismo desenvolvido na década de 1980? Podemos começar a responder analisando o trecho abaixo da fala em estúdio do dia 11/12, na única ocasião da última semana de campanha quando Collor coloca que

O novo minha gente não é criar um Estado cada vez mais gigantesco e ineficiente, como fez a ditadura militar durante tantos anos. Um Estado que domina a vontade e liquida com a liberdade das pessoas, como o meu adversário quer nos impor. O novo é diminuir o tamanho da máquina do Estado, para tornar o governo mais forte e mais eficiente no cumprimento de suas obrigações. No que ele deve fazer para você.

No começo do trecho entendemos uma correlação de críticas ao Estado interventor muito característica dos argumentos neoliberais que podem ser buscados na tradição de Hayek e Friedman. Além de compreendermos que a crítica ao Estado intervencionista se dava, por parte de Collor, tanto do modelo socialista do Leste Europeu, quanto do modelo nacional-desenvolvimentista do capitalismo brasileiro. Ou seja, era a imbricação das condições de emergência da crise do socialismo, da crise do Estado brasileiro e da ascensão da doutrina neoliberal no discurso político da campanha Collor. Não sendo à toa, portanto, que escolhemos aplicar ferramentas da ãAnálise de Discurso Políticoõ sobre os conceitos que explicamos a partir de Ralph Miliband, Eli Diniz e Perry Anderson.

Todavia, se podemos inferir componentes neoliberais na fala acima porque temos um suporte teórico que nos permite entender o que é neoliberalismo e porque possuímos uma visão retrospectiva do que foi o Governo Collor, podemos interpretar a posição de neoliberal como uma posição assumida pelo candidato? Na continuação do trecho acima, Collor arremata que o que o Estado deve fazer é ãocuidar da sua saúde, da

educação, do saneamento, da moradia e garantir o desenvolvimento como nós queremos e nós vamos fazer. Um governo, minha gente, que não atrapalhe a vida das pessoas. Isto é, Collor em nenhum momento da última semana evidenciou qualquer referência ao termo ãneoliberalismoö. À vista disso, apesar de colocações a respeito do tamanho desmesurado do Estado, da necessidade do Brasil não se isolar e de ser um país ãmoderno e integrado às novas exigências de um mundo que muda e se renova a cada diaö(11/12), em óbvia correlação com preceitos neoliberais de abertura da economia, o espaço de disputa da eleição tendeu a ser o grande freio para a autoclassificação de Collor como um político neoliberal.

Do que foi colocado acima, dois questionamentos poderiam ser feitos. Primeiro, se a onda neoliberal, pelo menos para os países latino-americanos, estava em franca ascensão no fim da década de 1980, por que Collor não explicitou esta posição? Segundo, esta não tomada de posição não seria somente da última semana de campanha? Entre as várias hipóteses que poderiam ser levantadas para responder estas questões, buscamos apoio em outros trabalhos a respeito da eleição de 1989, destacando mais uma vez aqui o trabalho de Cezar (1993). O autor avalia o impacto que as noções de privatização e estatização tiveram nos discursos de sete presidentiáveis no primeiro turno, em cotejo com a historicidade do Estado brasileiro no campo da economia. Cezar propõe que

Os candidatos à Presidência da República, identificados ao neoliberalismo, enfrentam sérios problemas para seguirem à risca esta cartilha, por dois motivos centrais: primeiro, a simples lógica do liberalismo de categorias ãpurasö opõe-se à histórica inserção do Estado brasileiro como agente fomentador do desenvolvimento nacional; segundo, há a incômoda circunstância de os candidatos neoliberais terem sido estreitos colaboradores do Estado burocrático-autoritário comandado pelos militares, regime que baseou sua atuação por meio de políticas estatizantes e corporativas.ö (CEZAR, 1993, p.279)

Desse modo, torna-se necessário, como já sugerimos no capítulo anterior<sup>15</sup>, matizar a relação neoliberalismo e campanha Collor. Reiteramos que é possível apreender equivalências no discurso deste candidato com a doutrina teórica e política neoliberal dos anos 1980. Porém, as condições de emergência externas (ascensão da

---

<sup>15</sup> Ver pág. 18.

agenda neoliberal) e as condições de emergência internas (crise do Estado) chocam-se com uma longa história de ação do Estado brasileiro enquanto indutor do crescimento que podemos buscar desde o período histórico da chamada Era Vargas (1930-1945). Além do que candidatos posicionados discursivamente no campo da crítica da ineficiência intrínseca do Estado para gerir os assuntos econômicos, terem seu início de carreira política vinculada à ditadura militar (1964-1985). Neste terreno podem ser identificados, se pegarmos também o primeiro turno das eleições, além do candidato Collor de Mello, os candidatos Paulo Maluf e Afif Domingos. Mas estes obstáculos a um posicionamento claro de Collor não servem para excluir um discurso de tons neoliberais, apenas remodela o discurso num momento de disputa de discursos políticos que tentam interpelar o maior número de eleitores/espectadores.

Comprendemos, ao final deste subcapítulo, que o discurso político da campanha Collor durante a última semana no HGPE articulou de fato condições de emergência relacionadas à crise do socialismo real ocorrida simultaneamente ao pleito de 1989, à crise do Estado brasileiro que foi significada além da crítica de primeiro turno ao Governo Sarney, e ao contexto de aplicação de receitas neoliberais para além dos países do capitalismo central. Estas articulações sendo vistas por nós como extremamente condicionadas pelo espaço de disputa do segundo turno que colocou em concorrência um discurso político mais tendente a organizações discursivas em torno do livre-mercado (campanha Collor) e um discurso político mais tendente a manifestações discursivas em torno de reformas sociais e reorganização (mas não enxugamento) da presença do Estado na economia.

## 2.2 O DISCURSO POLÍTICO DA CAMPANHA COLLOR NO ÚLTIMO DEBATE

Apesar da semelhança audiovisual com a fonte do HGPE, para a análise do último debate presidencial da eleição de 1989 cabem alguns esclarecimentos preliminares. Obviamente que compreendendo mais uma vez que estamos analisando um espaço de disputa que formata de certa maneira o que, quando e como os candidatos vão falar de certos temas.

Houve seis debates televisivos ao longo da campanha presidencial, sendo quatro no primeiro turno e dois no segundo. O candidato Collor de Mello não compareceu em nenhum dos debates da primeira fase da eleição devido a sua posição de liderança nas pesquisas de intenção de voto. O receio de ser o alvo principal de ataques dos outros postulantes seria uma das justificativas.<sup>16</sup> Em todos os debates do primeiro turno, cada emissora de televisão se responsabilizou individualmente pela veiculação desta programação.<sup>17</sup>

No segundo turno, as assessorias de Collor e Lula acordaram com as direções das quatro maiores empresas televisivas dois debates realizados em um chamado *pool* de emissoras que transmitiram ao mesmo tempo a confrontação. O primeiro debate ocorreu no dia 3/12, enquanto que o segundo foi realizado no dia 14/12. A organização deste último debate se daria em cinco blocos: três destinados a perguntas dos jornalistas, incluindo o jornalista âncora que mudava a cada bloco, aos candidatos, um bloco de perguntas e respostas entre os candidatos, e um quinto reservado para as considerações finais de Lula e Collor. Nos três primeiros blocos os candidatos eram perguntados individualmente com comentários daquele que não tinha sido perguntado na oportunidade. Os jornalistas âncoras eram de cada uma das emissoras responsáveis pelo debate. Foram eles: Boris Casoy, do SBT; Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes; Eliakim Araújo, pela Rede Manchete; Alexandre Garcia, pela Rede Globo.

A respeito deste último debate muito se discutiu à época a repercussão que o telejornal *oJornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, apresentou no dia posterior. A edição do debate neste noticiário até hoje levanta polêmicas por seu suposto favorecimento ao candidato Collor de Mello<sup>18</sup>, já tendo sido centro de outros trabalhos

---

<sup>16</sup> Estratégia usada em quase todas as eleições presidenciais a partir de 1989. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso, líder nas pesquisas de intenção de voto, não compareceu em nenhum debate, sendo que o mesmo nem ocorreu nestes anos. Da mesma forma, em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva também se ausentou. As exceções seriam 2002 e 2010 quando os líderes nas pesquisas (respectivamente, Lula e Dilma Rousseff) participaram.

<sup>17</sup> A Rede Globo de Televisão, emissora com maior capilaridade na cobertura de domicílios, não realizou nenhum debate no primeiro turno. Além da cobertura em telejornais, a emissora de Roberto Marinho apenas realizou entrevistas individuais com os candidatos no programa “Palanque Eletrônico”.

<sup>18</sup> Importante lembrar a este respeito que o candidato Lula muitas vezes referiu nos seus espaços de HGPE e do último debate a “perseguição” que a campanha da Frente Brasil Popular estaria sofrendo por parte do maior grupo empresarial de comunicação do país, ou seja, a própria Rede Globo de Roberto Marinho.

sobre a relação entre mídia e eleições. Ademais, cabe citar que o debate em si já foi objeto de estudo de trabalhos na área da Comunicação Social.<sup>19</sup>

No que tange a nossa proposição de interpretação do evento, as falas de Collor neste último debate se concatenariam com o discurso político incisivo praticado pelo candidato na última semana dos programas eleitorais. Em primeiro lugar, temos a reafirmação de um discurso colocado dentro de um contexto eleitoral, ou seja, de um espaço em disputa. O discurso político que ambiciona ser a visão de mundo que englobe os interesses gerais da sociedade pode ser notado na passagem em que Collor afirma que òeu não tenho compromisso com segmentos. Não vendo e nem entrego o meu programa [de governo], porque esse programa foi feito pela sociedade brasileira, não me pertence mais. Este tipo de colocação não é fruto de uma pura e simples demagogia. Tal noção vai ao encontro da constante referência, durante o debate, assim como fora durante o HGPE, da necessidade do Brasil promover uma espécie de òpacto social, de òentendimento nacional, para superar a crise de múltiplas dimensões advinda do final da Ditadura Militar. Para tanto, na construção de campanha do Movimento Brasil Novo, o único candidato comprometido com toda a sociedade, e não òcom segmentos, seria Fernando Collor. A candidatura Lula seria identificada como aquela atrelada a segmentos, especialmente dos sindicatos que promoviam a ògreve política, uma greve que na visão da campanha Collor seria uma greve ilegítima.

Se começarmos analisando o último debate na ordem temporal, a primeira pergunta do programa, elaborada pelo âncora Boris Casoy, ao abordar a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu, deu oportunidade para que o ex-governador de Alagoas articulasse as primeiras considerações a respeito de um dos processos históricos da década de 1980 que analisamos em nosso trabalho: a crise do socialismo real. Em meio a sua resposta no tempo estipulado de dois minutos, Collor expõe que

Do outro lado está uma candidatura que expõe teses estranhas ao nosso meio, teses marxistas, teses estatizantes, teses que não primam pelos princípios democráticos consagrados pela nova carta constitucional. Até porque o partido daquele que é meu adversário votou contra o texto constitucional. O que nós estamos vendo no Leste Europeu é a demonstração clara, é a demonstração nítida que os princípios democráticos devem ser

---

<sup>19</sup> Destacamos, a esse respeito, MACHADO (1991). Ver referência completa na bibliografia final deste trabalho.

seguidos, devem ser preservados e devem ser perseguidos. Durante trinta dias eles levaram para erguer o Muro de Berlim, e nós precisamos de trinta anos para derrubá-lo. Derrubamos estas teses atrasadas, arcaicas, que não dizem respeito ao nosso dia a dia. Estas teses que são contra a livre-iniciativa, que são contra a liberdade, que sufocam, que oprimem o povo. Lá no Leste Europeu não havia liberdade, liberdade de imprensa, não havia livre iniciativa. Há sim a presença do Estado enorme, maciço, corrupto e interventor. Lá não há liberdade de se comprar aquilo que se deseja, lá não há liberdade de salário, lá não há competição, lá não há eficiência, lá não há felicidade (...) Eu acredito que o sr. Gorbachev, com a sua Perestroika, ele deu uma grande demonstração de que o nosso caminho, é o caminho correto.

A crise do socialismo real mais uma vez atuava como uma condição de emergência para o discurso político de Collor interessado em interpelar os sujeitos eleitores com a associação entre a campanha Lula e o contexto do leste da Europa. Devido a nossa investigação do programa eleitoral de Collor, é possível entender que este discurso anticomunista (majoritariamente de crítica ao socialismo enquanto sistema político-econômico) não foi uma organização discursiva levada a cabo unicamente pela provocação da pergunta do jornalista âncora. Temos claramente uma tendência discursiva no recorte temporal analisado. Se a campanha Lula adotava um discurso de reforma social sem abrir mão do Estado, isso já era suficiente para ser enquadrada como uma campanha que adotava, na lógica discursiva de Collor, õteses marxistasö. Há uma simplificação, por conseguinte, tanto do marxismo enquanto projeto alternativo de sociedade, quanto da proposta da Frente Brasil Popular enquanto projeto alternativo de campanha. Dois fatores, no nosso entendimento, explicam tal simplificação. Em primeiro lugar, o discurso político estava inserido num espaço exíguo de argumentação (dois minutos apenas de resposta) que fatalmente modela e formata a manifestação dos candidatos. O segundo fator se relaciona ao fato do discurso político estar inserido num espaço de disputa de segundo turno onde as propostas do outro candidato precisam ser desconstruídas da forma mais clara possível com a finalidade de ter uma confiança maior que a interpelação atingiu o maior número possível de eleitores/espectadores. O discurso político precisa usar a condição de emergência da maneira mais produtiva possível naquele determinado contexto. Somando-se a isso a citação final a respeito da atuação do último presidente da URSS, Mikhail Gorbachev. As reformas que este promoveu são expostas dentro do discurso de Collor como uma capitulação das

propostas de governo que dialogam com uma maior intervenção do Estado na economia, ainda que reconfigurada em outros termos como apontava a campanha Lula.

A tendência do discurso anticomunista também se verificou mesmo quando as perguntas dos jornalistas não versavam sobre a crise do socialismo europeu. No terceiro bloco no debate, o jornalista Fernando Mitre pergunta a Collor como este promoveria um entendimento nacional para tirar o Brasil da crise que se encontrava na década de 1980. No decorrer da resposta o candidato reposiciona mais uma vez seu discurso em sintonia com a condição de emergência da queda do socialismo. Argumentou Collor que as campanhas do Movimento Brasil Novo e da Frente Brasil Popular são duas opções inteiramente diferentes. De um lado, como já disse, é o outro lado do Muro de Berlim. O lado nosso é o lado da liberdade, de se respirar com tranquilidade para podermos ajudar o Brasil a sair dessa crise. A intenção era nitidamente de fixar na cabeça do eleitor uma campanha Lula alinhada àquela conjuntura externa, servindo também para deixar o candidato Lula em muitos momentos na defensiva e na necessidade de desconstruir esta construção discursiva de Collor.

Segundo Miliband, o caráter do governo comunista tem contribuído muito para conferir plausibilidade a uma alegação que tem sido um dos itens mais efetivos no repertório conservador (MILIBAND, 1991, p.27). Esta passagem apresenta uma reflexão que se liga à estratégia de Collor frente à campanha Lula. Os erros graves que existiram na condução do socialismo do Leste Europeu serviram, no final da década de 1980, para desacreditar qualquer proposta ao redor do mundo que questiona-se o capitalismo e sua dinâmica de livre-mercado. Especialmente para colocar as forças de esquerda na defensiva. O tom triunfalista da vitória da livre-iniciativa sobre o Estado interventor, captada no excerto que destacamos acima, teve desdobramentos em inúmeras partes do planeta no fim dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, não fugindo a realidade brasileira a tal tendência. Além do mais, não faltaram, ao longo do debate, assim como ocorreu no HGPE, referências mais caricaturais de um construído alinhamento da campanha da Frente Brasil Popular ao Leste Europeu. Falamos de referências de Collor à bandeira vermelha, em clara tentativa de unir de significados símbolos do PT e símbolos históricos do socialismo.

No que tange à interação com outra condição de emergência da década de 1980, o diálogo da campanha Collor com princípios neoliberais mais uma vez se daria de



forma muito matizada. O contexto de um segundo turno apertado nas intenções de voto da última semana de campanha se tornou um ingrediente a mais na hora dos candidatos esboçarem uma proposta de governo com a finalidade de atrair a maior quantidade de eleitores/espectadores. Ao tratar da falta de programas de governo claros na eleição presidencial de 1989, Céli Pinto explica que òprincipalmente no segundo turno, quando os candidatos necessitavam buscar o eleitor indeciso, aquele que votou em um perdedor no primeiro turno, qualquer especificação de programa poderia representar a perda de apoio de parcelas significativas de eleitoresö(PINTO,1994,p.97-98). Mesmo assim, como já expomos no subcapítulo anterior, não acreditamos que isto inviabilize uma aproximação de abordagem entre a campanha Collor e princípios econômicos aplicados na década de 1980 em países de governo (conforme os autores que usamos) neoliberais. Quando a âncora Marília Gabriela, no segundo bloco do debate, pergunta sobre o que os brasileiros teriam que abrir mão para o combate à inflação, Collor responde

Nós temos que fundamentalmente equilibrar as contas nacionais. A inflação que aí está é causada, em primeiro lugar, pelo desequilíbrio dessas contas, ou seja, o governo gasta mais do que arrecada. É a mesma coisa que um assalariado, se ele chega ao final do mês gastando mais do que ele recebeu como salário, ele vai ter que buscar dinheiro emprestado, ou tomar fiado. Mas algum dia ele vai ter que pagar. Então a primeira coisa é adaptar os nossos gastos a nossa arrecadação, no caso do Estado. Como isso não acontece, como o governo é perdulário, é corrupto, como o governo gasta demasiadamente e gasta mal, ele vai ter que se endividar sempre. É o que vem fazendo.

Já no terceiro bloco, quando o jornalista Joelmir Beting indaga Collor sobre como ele se relacionaria com o Congresso, em meio a sua resposta, o candidato do PRN coloca que òo que eu não aceito, o que eu não posso aceitar é que o Estado domine tudo, como quer o outro candidato. O outro candidato não quer dar oportunidade a iniciativa privada de poder trafegar, de poder caminhar na área da saúde e na área da educação, por exemplo.ö

Em todas as mais de duas horas de debate, em nenhum momento Fernando Collor se autocalifica como um político neoliberal, assim como já apontamos no HGPE. Todavia, o discurso de tons anti-Estado é uma tônica das organizações discursivas do candidato. Mesmo que em nenhum momento Collor explicita que o

o equilíbrio das contas nacionais só passe por uma diminuição de recursos no setor social, por uma privatização maciça de empresas estatais ou que o Estado se retire de maneira extensiva da área social. Afinal, como aponta Anderson, mesmo o *thatcherismo* na Inglaterra precisou aumentar os gastos sociais, apesar de todas as medidas tomadas para controlá-los, devido às circunstâncias do aumento do desemprego oriundo da política econômica neoliberal (ANDERSON, 1995, p.16). O conhecido discurso liberal de adaptar os gastos com a arrecadação era um apontamento de tendência neoliberal, mas que não era suficiente para explicitar um programa de governo claramente neoliberal. Portanto, as condições de emergência da ascensão do neoliberalismo na América Latina (que o próprio Anderson coloca como sendo um terceiro cenário de atuação desta doutrina, após os cenários dos países de capitalismo avançado e dos países ex-socialistas da Europa) seriam mais uma vez relativizadas no discurso político de Collor inserido em um espaço de disputa eleitoral. Há de novo uma coerência interna nos discursos da campanha Collor no HGPE e no último debate presidencial.

No que diz respeito ao terceiro processo histórico da década de 1980 que analisamos como condição de emergência para o discurso de Collor, ou seja, a crise do Estado brasileiro, torna-se sintomático analisar as diferenças de posicionamento durante a campanha eleitoral *vis a vis* à atitude do Governo Collor empossado na presidência em março de 1990. No primeiro bloco, o jornalista Joelmir Beting pergunta ao candidato como ele lidaria com a dívida pública brasileira. Com este ensejo, Collor aprofunda também questões referentes à dívida externa. O ex-governador de Alagoas argumenta que

Eu quero deixar bem clara a minha posição. Eu sou contra os calotes, eu sou contra o beijo que o meu adversário quer dar na dívida externa e na dívida interna, aí incluída também a caderneta de poupança, a não ser que esteja agora dividida na nova conceituação econômica do partido ao qual ele serve. Eu sou absolutamente contra qualquer tipo de calote, sou contra a estatização do sistema financeiro porque isso vai penalizar demais toda a estrutura econômica do nosso país. E o meu adversário quer a estatização total do sistema financeiro.

É impossível não lembrar o episódio do segundo dia do Governo Collor, em 16 de março de 1990, quando o governo federal determinou o bloqueio das contas bancárias, em especial da caderneta de poupança e parte dos ativos nas contas correntes, na tentativa de diminuir a liquidez do mercado e encerrar o processo inflacionário da

década anterior. Em entrevista concedida por Fernando Collor ao jornalista Geneton Moraes Neto no programa *oDossiê Globo News* em 2009<sup>20</sup>, quando o ex-presidente já havia voltado à vida política de Brasília na condição de Senador pelo estado de Alagoas, Collor dá a entender que esta ideia do bloqueio só viria após a vitória na eleição, em encontros com o ex-ministro da Fazenda do regime militar Mário Henrique Simonsen, o economista André Lara Resende e o empresário Daniel Dantas. Ou seja, Collor argumenta que não estava mentindo durante a campanha, pois estes encontros destinados a acharem uma saída para o problema da inflação se deram entre a vitória eleitoral de 17 de dezembro de 1989 e a posse no cargo de presidente em 15 de março de 1990.

Seja como for, o discurso político durante o debate mais uma vez mostrava uma coerência interna com as organizações discursivas engendradas no horário eleitoral. Ao invés de investir num discurso de combate amargo à crise do Estado, sobretudo à inflação, Collor mais uma vez insistiu na ideia de que sua candidatura, ao contrário da de Lula, promoveria um entendimento nacional necessário para vencer os principais fatores que levaram à crise do Estado. Na continuação da resposta que reproduzimos acima, Collor afirma

Fundamentalmente o que eu defendo é o diálogo, é o entendimento, são os princípios democráticos que deverão prevalecer no amplo entendimento, não somente interno, a nível nacional, mas também com nossos credores externos que estão hoje muito sensibilizados para ajudar o Brasil a sair da gravíssima crise em que ele se encontra.

Ao contrário do candidato Lula que afirmava que era necessário romper com os credores internacionais e a partir de então fazer uma auditoria sobre a dívida externa, Collor tratou de manter o discurso do *o diálogo* e aprofundar críticas às propostas *o incendiárias* do oponente. Uma aproximação com agências credoras internacionais como o FMI, em consonância com a doutrina neoliberal em voga naquele momento, é mais uma amostra que promovendo uma contextualização da fonte, é possível depreender manifestações discursivas de Collor que iam ao encontro de premissas neoliberais.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ftb20pKGLhI>

Haveria ainda duas propostas mais claras de enfrentamento da crise do Estado que podemos observar no discurso político de Collor no último debate. A reforma fiscal e a reforma administrativa seriam articuladas em discurso no segundo bloco do programa, na primeira resposta deste segmento do debate, à pergunta da jornalista Marília Gabriela, já mencionada anteriormente.

Em relação à reforma fiscal, uma reforma que prometia dar eficiência à questão tributária brasileira, Collor aposta mais uma vez no discurso político que em tempos de eleição precisa atingir o maior número de eleitores/espectadores possível. Os sacrifícios que esta reforma promoveria seriam sentidos, de acordo com o candidato, pelos especuladores, sonegadores e os atravessadores. Não seria, portanto, a população brasileira em geral que, naquele momento histórico, tinha em sua maioria pouco poder aquisitivo. Mas vejamos que se tratava muito mais de uma intenção de reforma, do que de um projeto que especificava o caminho completo da solução. Seria o limite de tempo de construção do discurso na fonte audiovisual analisada o responsável por este modelo de resposta? No que este trabalho pode responder, temos apenas a confirmação de algo já notado na análise do HGPE. O programa de governo de Collor, assim como de Lula, como já apontava Céli Pinto (1994), não foi devidamente aprofundado pelo candidato.

Sobre a reforma administrativa enunciada na fonte, Fernando Collor mais uma vez sustentou em discurso o tema da moralização pública. Ao final da resposta à Marília Gabriela, o candidato do PRN aponta que

(...) com a reforma administrativa, acabando com as mordomias, acabando com estes carros de ministro, acabando com estas casas para ministro morar, acabando com estes apartamentos funcionais de 350 a 400 m<sup>2</sup> minha gente, acabando com este roubo, com esta corrupção deslavada, botando os corruptos na cadeia, acabando com estes marajás.

Por mais cosméticas que algumas destas ações pareçam, este trecho nos apresenta uma característica muito presente no discurso de Collor em todas as fontes audiovisuais aqui analisadas. O candidato passava a ideia que tudo era questão de uma vontade política que alguns agentes públicos têm e outros não. Há uma clara dose de personalismo na construção discursiva de Collor. Como sugere Diniz, já no segundo turno da campanha, Collor reforçou o tema do candidato destituído de apoios de grupos ou de partidos, enfrentando, ao contrário, a oposição de todos (DINIZ, 1997, p.133). Ao seu voluntarismo político, Collor agregou a imagem de um combatente solitário, que

era trabalhada em seu aspecto positivo, o projetando a imagem de solidão deliberada, consequência de uma atitude de desafio radical a tudo e a todos (DINIZ, 1997, p.133). Somando, por fim, a construção da figura de um candidato de perfil o administrador em detrimento de um candidato com perfil o político. Uma reforma administrativa de verdade só poderia ser realizada por um candidato administrador, não comprometido com as estruturas tradicionais da política brasileira.<sup>21</sup>

Conseqüentemente, nas organizações discursivas destinadas a enfrentar o processo histórico da crise do Estado, Collor mostrou uma coerência interna em seu discurso político do último debate e do HGPE. Para enfrentar a crise foram postos alguns planos mais claros como a reforma fiscal e a reforma administrativa, não esboçando, porém, nenhuma medida penosa para conter a principal faceta da crise dos anos 1980, que era no terreno da inflação. Nenhum tratamento de choque, nenhum programa de estabilização econômica foi delineado na campanha eleitoral nas fontes audiovisuais analisadas. O problema da inflação era apenas significado como decorrente de um Governo Sarney que o gasta mais do que arrecada, ou que era o perdulário e o corrupto. Ademais, no recorte temporal do nosso trabalho, o segundo turno, e no embate de discursos que Collor necessitava promover contra Lula, a crise do Estado brasileiro era tratada como só sendo possível de ser vencida com um o entendimento nacional que a campanha da Frente Brasil Popular era incapaz de levar a cabo.

Finalmente, o encerramento deste último debate da eleição de 1989 marcaria, da mesma forma, a conclusão da árdua campanha eleitoral do segundo turno. Três dias após o debate, em 17 de dezembro, 4 milhões de votos a mais dariam a vitória para Fernando Collor.<sup>22</sup> Não podemos afirmar que as construções discursivas baseadas nos três processos históricos que analisamos enquanto condições de emergência para um determinado discurso político foram decisivas para a vitória final em 17 de dezembro. No entanto, formaram fatores de um conjunto amplo de estratégias que foram bem sucedidas eleitoralmente, apesar da vitória de Collor, se analisarmos os números finais

---

<sup>21</sup> Cabe lembrar que Fernando Collor tinha uma carreira tradicional na política. Foi prefeito nomeado de Maceió pela ditadura militar, deputado federal pelo estado de Alagoas e, finalmente, governador por este mesmo estado. Neste momento Collor era filiado, respectivamente, à ARENA, ao PDS e ao PMDB.

<sup>22</sup> Os números finais do segundo turno, apresentados pelo TSE, apontariam Collor com 35.089.998 milhões de votos e Lula com 31.076.364 milhões de votos. Excetuando-se os votos nulos, brancos e abstenções, em porcentagem: Collor com 53,03% e Lula com 46,97%. *Folha de São Paulo*. 22.12.1989. *Diretas 89*. B-6.

da votação, não ter sido avassaladora. Parte significativa do eleitorado não foi interpelada, pelo menos não de maneira suficiente, pelo discurso político vencedor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a tratar da eleição presidencial do Brasil de 1989 sob a perspectiva teórica-metodológica da Análise de Discurso Político. O contexto no qual se inscreveu o embate do segundo turno entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado, entre outros fatores, pela contemporaneidade dos processos históricos da crise do socialismo real, do neoliberalismo e da crise do Estado brasileiro. Todos estes processos tiveram suas cores mais fortes na própria década de 1980 na qual se realizou o primeiro pleito eleitoral para presidente do Brasil depois de 29 anos.

Muitas problemáticas poderiam ser derivadas na análise da coordenação destes processos históricos com a eleição de 1989. Especialmente no que se refere ao tema do comportamento eleitoral, isto é, de como poderíamos mensurar o grau de interpelação dos sujeitos eleitores/espectadores por parte do discurso vitorioso de Fernando Collor. Para que tipo de eleitorado faria sentido articular considerações acerca do neoliberalismo? Falar em crise no Leste Europeu não demandaria pensar que para parte dos eleitores esta classificação não faz sentido nem geográfico? A crise do Estado não estaria apenas resumida ao problema da inflação na cabeça da maioria do eleitorado? A referência constante de um candidato paladino contra a corrupção seria o grande tema com penetração no eleitorado? Bons questionamentos que poderiam ser feitos a partir de um estudo da análise do discurso político no escrutínio eleitoral de 1989.

De nossa parte, pensamos contribuir para o aprofundamento dos trabalhos acerca da paradigmática eleição entre Collor e Lula. A tentativa de dialogar o recorte espacial e temporal brasileiro de 1989 com processos históricos exógenos como a crise do socialismo e a ascensão do neoliberalismo teve a pretensão de ratificar a importância de uma análise que una o particular ao sistêmico. É neste sentido que também se introduz o debate a respeito da História do Tempo Presente trabalhada na introdução deste trabalho. É muito possível que o processo histórico do neoliberalismo, por exemplo, não tenha esgotado todas as suas permanências na realidade brasileira, mostrando que estudos que se relacionam a temas da Nova República precisam estar atentos a enganos de análise potencialmente presentes quando se estuda a História õmais contemporâneaõ.

Concluimos que o discurso político do candidato Fernando Collor no segundo turno foi extremamente marcado pela disputa com um candidato localizado num outro ponto do espectro político. Se o embate eleitoral se desse entre Collor *versus* Brizola, entre Collor *versus* Covas, ou ainda entre Collor *versus* Maluf, as condições de emergência (os processos históricos que investigamos) seriam descartadas em algum caso ou, no mínimo, enfatizadas sob outros prismas. O que não ocorreria na ênfase da campanha Collor a respeito da moralização pública, pois esta variável continuaria a ser enfatizada fosse quem fosse o adversário no segundo turno.

As condições de emergência que focamos serviram para se contrapor à campanha Lula em três aspectos. A crise do socialismo deu espaço para Collor alinhar a campanha do adversário, declaradamente de esquerda, a um contexto negativo da esquerda mundial de corrosão de um sistema político e socioeconômico (além de associações mais caricatas entre o socialismo e a campanha petista). A doutrina neoliberal matizada no discurso eleitoral ofereceu suportes para Collor enfatizar o quanto o Estado interventor era intrinsecamente ineficiente para superar as demandas da população. Já a crise do Estado auxiliou na construção da campanha Lula como *õincendiáriaõ*, por conseguinte, inepta para solucionar os problemas da inflação, do déficit público, da dívida externa, entre outros.

Importante, por último, sublinhar que essas construções discursivas foram usadas num espaço de disputa entre apenas dois candidatos, e os processos históricos que investigamos, transformados em condições de emergência para um discurso político, explicitam estratégias para fazer a campanha Collor vitoriosa e a campanha Lula derrotada.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. *A batalha pela presidência: o horário gratuito de propaganda eleitoral na campanha de 1989*. Tese (doutorado em Comunicação Social). Rio de Janeiro. 1996.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CEZAR, Temistocles Américo Correa. *A crise do Estado no discurso dos candidatos a presidência da República do Brasil em 1989*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

DINIZ, Eli. *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade: Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais ó Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Viva Editora, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

FIORUCCI, Rodolfo. *Considerações acerca da História do Tempo Presente*. Revista Espaço Acadêmico. n 125. Outubro 2011.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Venício. *Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989*. In: *Comunicação & política*. Ano 9. n 11. abr-jun 1990.

MACHADO, Maria Berenice. *O duelo final: Collor e Lula*. Monografia. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MAZOWER, Mark. *Continente Sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILIBAND, Ralph. *Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas*. In: BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas. *A nação moralizada: a promessa eleitoral dos presidentes em 1989*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: ed. Universidade UFRGS, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. *A História depois do papel*. In: Pinsky, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: editora contexto, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. *História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos*. Tempo e Argumento. Florianópolis, v.1, n.1, p. 30-45, jan/jun 2009.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem estar social*. In: REIS FILHO, D.A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX ó v.2: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. *O õmilagreõ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 ó 1973)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano ó volume 4*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *Elementos para uma análise de discurso político*. Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia, UNISC, nº24, p. 78-109, 2006.

\_\_\_\_\_. *Tendências do discurso brasileiro atual: os limites dos discursos das soluções milagrosas*. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Robério. *O fim da URSS e do õbloco socialistaõ*. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Dinâmica da economia mundial contemporânea*. São Paulo: Scortecci, 2003.

ROUSSO, Henry. *Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso*. Tempo e Argumento. Florianópolis, v.1, n.1, p. 201-216, jan/jun 2009. Entrevista concedida a Sílvia Arend e Fábio Macedo.

SCARPATI, Riler Barbosa. *õMoradas Provisóriasö: a História do Tempo Presente entre objeto e periodização*. Revista Eletrônica Cadernos de História, ano 7, n. 1, p. 64-74, junho de 2012.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano ó volume 4*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.